

Secretaria de Defesa Agropecuária  
Departamento de Inspeção de Produto de Origem Animal



# RELATÓRIO DE GESTÃO

## DIPOA 2017



## Sumário

1 Identificação .....	4
2 Principais Resultados .....	4
2.1 Regulamentação relativa à inspeção de produtos de origem animal .....	13
2.1.1 Normas elaboradas sob coordenação do DIPOA em 2016 .....	13
2.1.2 Consultas Públicas realizadas .....	14
2.1.3 Regulamentação Internacionais – Principais Temas .....	15
2.2 Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal .....	17
2.2.1 O SISBIPOA.....	17
2.2.2 Auditorias realizadas .....	17
2.2.3 Reuniões, Treinamentos e Palestras Realizadas.....	17
2.2.4 Equivalências reconhecidas .....	17
2.2.5 Serviços aderidos ao final de 2017 .....	18
3 Resultados das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do DIPOA .....	18
3.1 Análise de registro de estabelecimentos .....	18
3.2 Análises de registro de produtos .....	20
3.3 Análises de projetos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos .....	23
3.4 Análises de recursos administrativos em segunda instância .....	23
3.5 Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil e AGU .....	24
3.6 Processos e pleitos avaliados pelas áreas técnicas .....	25
3.7 Emissão de Certificados Sanitários e Guias de Trânsito .....	25
3.8 Habilitações de estabelecimentos nacionais e estrangeiros .....	31
3.9 Missões sanitárias oficiais estrangeiras e brasileiras .....	33
3.10 Fiscalizações, Supervisões e Auditorias Realizadas .....	35
4 Controles físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal .....	38
4.1 Programas de Controle de Produtos de Origem Animal .....	38
4.2 Operações de combate à fraude .....	39
4.3 Programa Nacional de Resíduos e Contaminantes – PNCRC .....	40
4.4 Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA .....	41
4.5 Notificações Internacionais .....	42
5 Capacitações e Treinamentos .....	47
5.1 Eventos de capacitação e treinamento promovidos pelo DIPOA .....	47

# Índice de Figuras, Gráficos, Tabelas, Mapas e Quadros

Figura 01 – Organograma do DIPOA - Portaria nº 99, de 12 de maio de 2016 .....	5
Tabela 01 – Serviços com equivalência reconhecida em 2017 .....	17
Gráfico 01 – Estabelecimentos ativos por área .....	18
Tabela 02 – Número de estabelecimentos registrados no SIF por estado .....	18
Mapa 01 – Distribuição de estabelecimentos registrados no SIF por estado .....	20
Gráfico 02 – Rótulos registrados em 2017 .....	21
Gráfico 03 – Rótulos analisados em 2017 .....	22
Gráfico 04 – Rótulos registrados em 2017 por área .....	22
Tabela 03 – CSN emitidos em 2017 .....	26
Gráfico 05 – CSN emitidos em 2017 .....	26
Mapa 02 – Distribuição de CSN emitidos por 2017 .....	27
Tabela 04 – GT emitidas em 2017 .....	28
Gráfico 06 – GT emitidas em 2017 .....	28
Mapa 03 – Distribuição de GT emitidas em 2017 .....	29
Tabela 05 – CSI emitidos em 2017 .....	30
Gráfico 07 – CSI emitidos em 2017 .....	30
Mapa 04 – Distribuição de CSI emitidos em 2017 .....	31
Tabela 06 – Exportação 2017 .....	32
Gráfico 08 – Exportação 2017 .....	32
Tabela 07 – Importação 2017 .....	32
Gráfico 09 – Importação 2017 .....	33
Tabela 08 – Missões Estrangeiras no Brasil 2017 .....	33
Mapa 05 – Missões Recebidas 2017 .....	34
Tabela 09 – Missões Realizadas no Exterior 2017 .....	34
Mapa 06 – Missões Realizadas 2017 .....	35
Tabela 10 – Auditorias Nacionais 2017 .....	36
Gráfico 10 – Auditorias Realizadas 2017 .....	37
Tabela 11 – Programas Especiais 2017 .....	38
Gráfico 11 – PNCR Violações 2017 .....	40
Figura 02 – Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA .....	41
Tabela 12 – Irregularidades que ocasionaram notificações internacionais 2017 .....	43
Tabela 13 – Número de notificações por países .....	44
Tabela 14 – Irregularidades por setor produtivo .....	44
Gráfico 12 – Microbiológico 2017 .....	45
Gráfico 13 – Físico-Químico 2017 .....	46
Tabela 15 – Eventos de capacitação promovidos .....	48
Tabela 16 – Treinamento em serviço .....	49
Tabela 17 – Cursos com participação de servidores .....	50
Tabela 18 – Licença capacitação .....	50
Tabela 19 – Ciclo de Palestras .....	51
Tabela 20 – Eventos de capacitação .....	51

# 1. Identificação

Relatório de Gestão referente ao período de janeiro a dezembro de 2017 com os dados compilados relativos às atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA), Serviços de Inspeção e Saúde Animal (SISA) e Serviços de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA).

## 2. Principais Resultados

O ano de 2017 foi de grande representatividade para o Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, visto que além dos resultados alcançados no que diz respeito à fiscalização sanitária de alimentos e expressivo volume exportado mediante acordos sanitários internacionais, tivemos a publicação do novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA (Decreto Nº 9.013, de 29 de março de 2017) que disciplina a fiscalização e a inspeção com atualização dos procedimentos adotados, em substituição ao Decreto Nº 30.691, de 29 de março de 1952.

A publicação do novo RIISPOA tem como orientação os “princípios constitucionais do federalismo, da promoção das microempresas e das empresas de pequeno porte, do desenvolvimento científico e da inovação tecnológica, do respeito ao direito internacional, aos tratados pactuados pela República Federativa do Brasil e aos acordos bilaterais e multilaterais de equivalência, entre outros princípios constitucionais”, tendo como objetivo a “racionalização, a simplificação e a virtualização de processos e procedimentos”. Nesse sentido também destacamos a publicação da Instrução Normativa 01, de 11 de janeiro de 2017, a qual estabelece os novos procedimentos para registro, renovação, alteração, auditoria e cancelamento de registros de produtos de origem animal produzidos por estabelecimento registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Federal – SIF, e por estabelecimentos estrangeiros habilitados a exportar para o país; e com isso foi implantada a Plataforma de Gestão Agropecuária do Sistema de Informações Gerenciais do SIF – PGA SIGSIF, permitindo que os processos possam ser

tratados eletronicamente, trazendo agilidade e desburocratização aos procedimentos de registro de produtos.

O ano de 2017 também se destacou pelas ações de combate à fraude de pescados (Operação Semana Santa) e a irregularidades em frigoríficos cadastrados no Serviço de Inspeção Federal (Operação Carne Fraca). Com isso as ações de investigação permitiram correção das irregularidades e reabertura de mercados externos.

Manteve-se no ano de 2017 a estrutura organizacional estabelecida pela Portaria nº 99, de 12 de maio de 2016 (fig. 01).

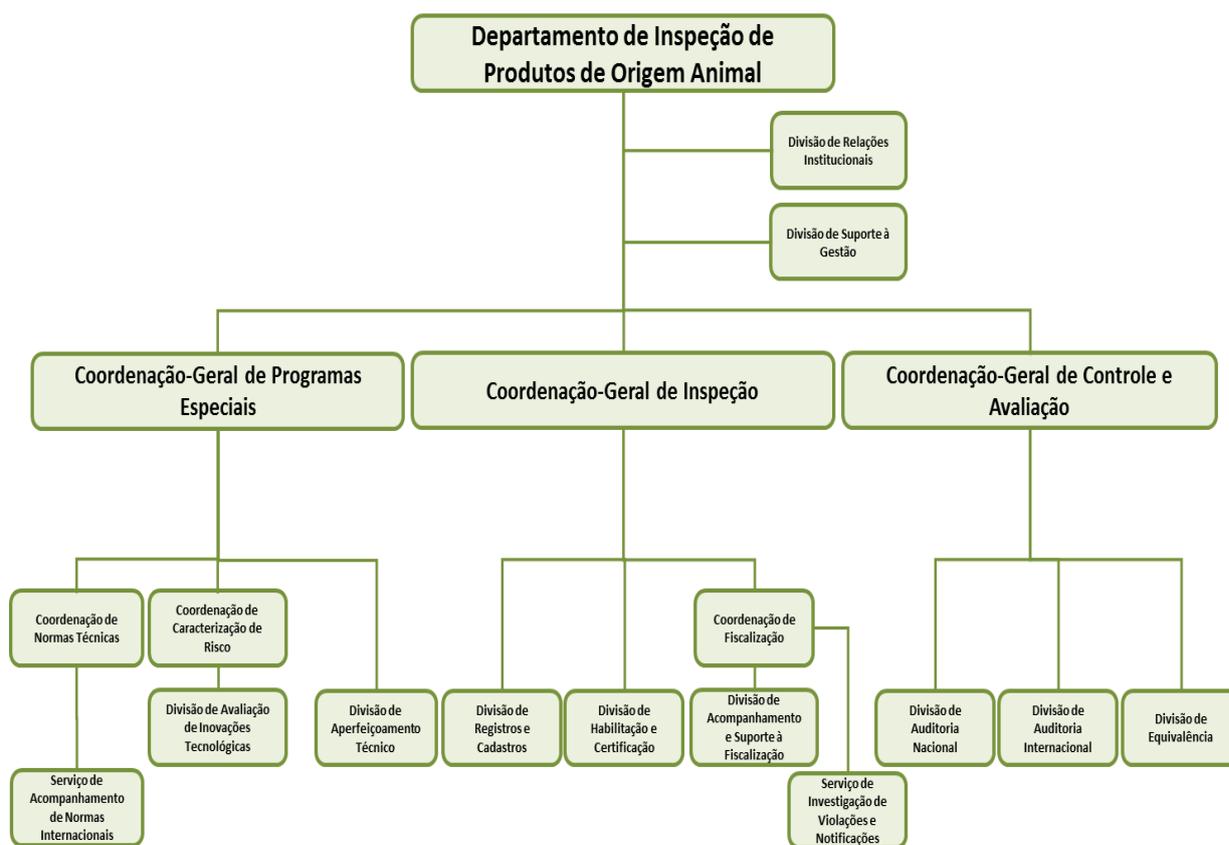


Figura 01

### DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

O DIPOA elabora as diretrizes governamentais para a inspeção e a fiscalização de produtos de origem animal, além de coordenar, acompanhar e avaliar a execução dessas atividades.

O Departamento, diretamente ou por meio das unidades descentralizadas do MAPA e órgãos ou entidades municipais, estaduais ou do Distrito Federal vinculados ao Sistema

Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, coordena, monitora e avalia a realização de auditorias relativas à inspeção de produtos de origem animal em estabelecimentos agropecuários, pesqueiros e aquícolas, locais de fronteira, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais.

O DIPOA participa de negociações nacionais e internacionais e é responsável por implementar compromissos institucionais na sua área de competência em articulação com as demais unidades da Secretaria de Defesa Agropecuária e órgãos do MAPA.

As ações de controle de resíduos e contaminantes são apoiadas e subsidiadas pelo Departamento.

### **DRIN/DIPOA – Divisão de Relações Institucionais**

A DRIN assessora o DIPOA na elaboração de diretrizes para a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal em articulação com os diversos setores do MAPA e outros órgãos. Essa articulação se estende a organismos nacionais e internacionais para a celebração e acompanhamento de convênios, parcerias, acordos, programas e projetos de cooperação técnica.

A Divisão também acompanha e supervisiona a participação do DIPOA em grupos de trabalho, câmaras técnicas e setoriais, comitês e comissões.

Esta Divisão possui também um importante papel na relação do DIPOA com os Estados, DF e Municípios, pois é a área responsável por orientá-los quanto às diretrizes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA, e por acompanhar as suas demandas no Departamento.

A comunicação do DIPOA com o público externo também passa pela DRIN, que acompanha o atendimento das demandas encaminhadas às áreas técnicas do Departamento pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, Sistema de Ouvidoria e outros canais de comunicação do MAPA.

O atendimento dos apontamentos e recomendações de auditorias de órgãos de controle interno e externo também são acompanhados por esta Divisão.

### **DSG/DIPOA – Divisão de Suporte à Gestão**

A coordenação, a atualização, o desenvolvimento e o controle da utilização dos sistemas eletrônicos do DIPOA fazem parte das atividades da DSG. Entre eles estão incluídos o Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal – SIGSIF, outros que

estejam em desenvolvimento no DIPOA e os demais que possuem interface com o Departamento.

Por gerenciar os sistemas eletrônicos do Departamento, está entre as atribuições da DSG a emissão de relatórios gerenciais com dados de interesse da inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, considerando as demandas das unidades administrativas do DIPOA.

O Plano Plurianual - PPA, o Planejamento Estratégico da SDA, a Programação Orçamentária Anual - POA, e os indicadores de desempenho do DIPOA são acompanhados e executados pela DSG, que também é a responsável pelo repasse de recursos às unidades descentralizadas e pela programação e execução orçamentária do Departamento.

A DSG ainda propõe e subsidia auditorias nas unidades descentralizadas dentro da sua área de competência.

#### **SAO/DSG/DIPOA – Seção de Apoio Operacional**

A SAO está ligada à DSG e executa atividades de apoio operacional e administrativo, inclusive as relacionadas ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP, além de auxiliar nas atividades da DSG.

#### **CGPE/DIPOA – Coordenação Geral de Programas Especiais**

A CGPE gerencia o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de inspeção e fiscalização relacionadas à normatização, caracterização de risco, inovações tecnológicas, aperfeiçoamento técnico e divulgação de material técnico-educativo, por meio das suas áreas técnicas (CNT, SEAN, CRISC, DITEC e DAT).

Convênios, termos de parceria e de cooperação com órgãos e entidades públicos e instituições privadas para a troca de informações, atividades de pesquisa, produção de conhecimento técnico-científico e racionalização de atividades na área de inspeção e fiscalização também são analisados e propostos pela CGPE.

A CGPE ainda coordena, juntamente com as demais Coordenações-Gerais do Departamento, a representação do DIPOA em fóruns e outros eventos nacionais e internacionais.

### **CNT/CGPE – Coordenação de Normas Técnicas**

A CNT é responsável pela atualização, harmonização e convergência dos atos normativos relativos à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal. É também a área que coordena a elaboração de propostas de atos normativos no DIPOA.

Os procedimentos para internalização de normas acordadas pelo MAPA também integram as atividades da CNT, além da proposição e execução de ações de boas práticas regulatórias no Departamento.

### **SEAN/CNT/CGPE – Serviço de Acompanhamento de Normas Internacionais**

O SEAN acompanha a participação do DIPOA e propõe a indicação de seus representantes no Codex Alimentarius, no MERCOSUL e nos demais fóruns internacionais de normatização e diretrizes técnicas.

Este Serviço elabora, sob a coordenação da CNT, as respostas às notificações internacionais de propostas de normatização, e subsidia a Coordenação quanto às normas internacionais em temas afetos ao DIPOA.

### **CRISC/CGPE – Coordenação de Caracterização de Risco**

A caracterização de risco é responsabilidade da CRISC. Por isso, além de identificar fraudes e perigos associados aos produtos de origem animal e o risco à saúde humana, esta Coordenação realiza o levantamento e a consolidação de dados de produção, dados epidemiológicos e dados dos controles de produtos de origem animal. Também planeja e coordena os estudos científicos para subsidiar o gerenciamento de risco e a elaboração de atos normativos.

Para a caracterização de risco, a CRISC ainda elabora planos amostrais, propõe metodologias de análises laboratoriais e realiza a avaliação estatística dos programas de controle de produtos de origem animal.

A CRISC é responsável pelo desenvolvimento e gerenciamento dos programas de controle de patógenos, de avaliação de conformidade de produtos de origem animal, e das ações de combate à fraude econômica nesses produtos. O Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC é acompanhado e avaliado pela CRISC, assim como os resultados obtidos da Rede Brasileira de Laboratórios de Qualidade do Leite – RBQL, que permitem o gerenciamento das ações voltadas à qualidade do leite cru.

As atividades das Comissões Consultivas do DIPOA são acompanhadas e avaliadas por esta Coordenação.

#### **DITEC/CRISC/CGPE – Divisão de Avaliação de Inovações Tecnológicas**

Nesta Divisão são avaliadas, sob coordenação da CRISC, as inovações tecnológicas propostas pelo setor privado inerentes à produção e obtenção de produtos de origem animal. Essa avaliação é subsidiada por estudos científicos propostos pela DITEC, que também identifica e propõe atividades às Comissões Consultivas do DIPOA.

#### **DAT/CGPE – Divisão de Aperfeiçoamento Técnico**

A DAT é responsável pelo levantamento e avaliação das necessidades de aperfeiçoamento técnico dos servidores do DIPOA e das unidades descentralizadas. Além de propor temas para o Plano Anual de Educação Continuada – PAEC, esta Divisão acompanha a execução das atividades nele previstas.

A organização e a seleção de servidores para participarem de eventos nacionais e internacionais de capacitação e aperfeiçoamento promovidos pela ENAGRO-SE/MAPA ou por outras instituições, é tarefa da DAT, assim como a elaboração e divulgação de material técnico-educativo relativo à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

#### **CGI/DIPOA – Coordenação Geral de Inspeção**

A CGI gerencia programas, projetos e atividades relacionados à inspeção de produtos de origem animal, ao registro e cadastro de estabelecimentos e produtos, à certificação de produtos e habilitação de estabelecimentos à exportação ou importação, e à investigação de violações e notificações de desvios nesses produtos.

#### **CFISC/CGI – Coordenação de Fiscalização e Inspeção**

A CFISC estabelece, padroniza e supervisiona os procedimentos de supervisão, fiscalização e inspeção de produtos de origem animal, orientando e acompanhando sua execução pelas unidades descentralizadas.

Procedimentos administrativos de apuração de infração à legislação e relatoria de processos em segunda instância também são coordenados pela CFISC.

A CFISC coordena ainda as ações fiscais e administrativas junto às unidades descentralizadas decorrentes dos resultados dos programas de controle de patógenos e

de avaliação de conformidade de produtos de origem animal, de combate à fraude econômica e do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes.

Por acompanhar essas ações, a CFISC pode identificar as necessidades de atualização e propor ou subsidiar eventuais alterações nos programas de controle, juntamente com as áreas responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento de cada programa.

Esta Coordenação também propõe demandas técnicas às Comissões Consultivas do DIPOA e estudos científicos para subsidiar o gerenciamento de risco e a elaboração de atos normativos relativos à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

#### **DASF/CFISC/CGI – Divisão de Acompanhamento e Suporte à Fiscalização**

A DASF acompanha e avalia a execução dos procedimentos relativos às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e orienta a execução dessas atividades pelas unidades descentralizadas.

É a área do DIPOA responsável pela relatoria de processos administrativos em segunda instância.

A DASF propõe e subsidia auditorias nas unidades descentralizadas dentro da sua área de atuação.

#### **SEIV/CFISC/CGI – Serviço de Investigação de Violações e Notificações**

O SEIV avalia tanto as ações dos estabelecimentos quanto as ações fiscais decorrentes dos resultados dos programas de controle de patógenos e de avaliação de conformidade de produtos de origem animal, de combate à fraude econômica nesses produtos e do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes.

É este Serviço que comunica às unidades descentralizadas a ocorrência de violações e notificações nacionais e internacionais de desvios em produtos de origem animal.

As ações decorrentes dessas violações e notificações são acompanhadas e avaliadas pelo SEIV, que também elabora a proposta de comunicação dos resultados da investigação aos demandantes.

#### **DREC/CGI – Divisão de Registros e Cadastros**

A DREC é a área responsável pelo registro dos estabelecimentos nacionais e seus produtos, incluindo o cadastro no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA. O registro de produtos de origem animal importados também é feito

pela DREC, que ainda comunica as alterações cadastrais dos estabelecimentos exportadores às autoridades estrangeiras, quando necessário.

A DREC padroniza e harmoniza os procedimentos de registro, relacionamento e cadastro de estabelecimentos e produtos, propõe e subsidia auditorias nas unidades descentralizadas e realiza auditorias sobre a execução das atividades dentro da sua área de competência.

### **DHC/CGI – Divisão de Habilitação e Certificação**

A habilitação de estabelecimentos nacionais à exportação, bem como de estabelecimentos estrangeiros que desejam exportar produtos de origem animal ao Brasil é de responsabilidade da DHC. As atualizações cadastrais dos estabelecimentos estrangeiros também são de responsabilidade da DHC/CGI.

É de responsabilidade desta Divisão manter as listas dos estabelecimentos nacionais e estrangeiros sempre atualizada para respaldar o recebimento de missões estrangeiras e o envio de missões aos diversos países.

Realiza a indicação de estabelecimentos nacionais por meio de análise de questionários de creditação aos diversos países que somente habilitam mediante esta ferramenta.

Além dos procedimentos de habilitação, esta Divisão também avalia e controla aqueles relativos à certificação sanitária dos produtos de origem animal.

A DHC publica os modelos de certificados sanitários para exportação e importação de produtos de origem animal, comunicando aos setores interessados do MAPA e às autoridades estrangeiras, mantendo os formulários de emissão de certificados sanitários nacionais, internacionais e guias de trânsito sempre atualizados

Esta Divisão também propõe e subsidia auditorias nas unidades descentralizadas dentro da sua área de atuação.

### **CGCOA/DIPOA – Coordenação Geral de Controle e Avaliação**

Nesta Coordenação-Geral estão as atividades relacionadas a auditorias, tanto dos sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros, quanto dos serviços de inspeção dos Estados, DF e Municípios; ao recebimento de missões estrangeiras e formulação de respostas às missões; à concessão de equivalência de sistemas

internacionais de inspeção e nacionais relativos ao SISBI-POA; e à proposição de requisitos para a certificação sanitária internacional ou protocolos de acordos bi ou multilaterais.

#### **DIAN/CGCOA – Divisão de Auditoria Nacional**

A DIAN é responsável pelas auditorias técnico-administrativas para orientação, adesão ou avaliação de conformidade dos serviços de inspeção dos Estados, DF e Municípios em relação ao SISBI-POA. Também é a área que gerencia e executa as auditorias nas unidades descentralizadas e nos estabelecimentos registrados ou relacionados junto ao MAPA.

Os planos de ação elaborados em decorrência das auditorias nacionais realizadas também são acompanhados e avaliados pela DIAN.

#### **DIAI/CGCOA – Divisão de Auditoria Internacional**

Já as auditorias dos sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros são gerenciadas pela DIAI, que também organiza o recebimento de missões estrangeiras.

A DIAI é a área responsável pela elaboração e consolidação das respostas do Brasil às recomendações e achados apontados nas missões estrangeiras, bem como pela consolidação e avaliação das respostas dos estabelecimentos auditados nessas missões.

#### **DEQ/CGCOA – Divisão de Equivalência**

A concessão de equivalência de sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros ou de seus estabelecimentos, bem como dos sistemas nacionais com o SISBI-POA é atribuição da DEQ. Esta Divisão ainda avalia e responde os questionários de equivalência dos países importadores sobre o sistema brasileiro de inspeção.

A DEQ propõe e avalia os requisitos sanitários para a Certificação Sanitária Internacional ou protocolos de acordos bi ou multilaterais dos produtos de origem animal, no que se refere à saúde pública, além da divulgação das comunicações dos países importadores.

A DEQ também propõe e subsidia auditorias na sua área de competência.

## 2.1 Regulamentação relativa à inspeção de produtos de origem animal

A Coordenação de Normas Técnicas-CNT adota os procedimentos para regulamentação respeitando o disposto no Manual de Boas Práticas Regulatórias da Secretaria de Defesa Agropecuária (Portaria Nº 68 de 25 de agosto de 2017), que em conjunto com as demais Coordenações Gerais desenvolve o fluxograma, lista de requisitos e orientações necessárias, além do desenvolvimento da documentação mínima para instrução processual.

### 2.1.1 NORMAS ELABORADAS SOB COORDENAÇÃO DO DIPOA EM 2017

- Decreto 9.013 de 28 de março de 2017 e retificado em 1º/6/2017. Regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal;

- Instrução Normativa nº 21 de 31 de maio de 2017. Fica aprovado o Regulamento Técnico que fixa a identidade e as características de qualidade que deve apresentar o peixe congelado;

- Norma Interna DIPOA/SDA nº 03, de 12 de junho de 2017. Aprova os procedimentos para execução do programa exploratório para a pesquisa e estimativa de prevalência de *Campylobacter* spp. em carcaças de frangos abatidos em estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção Federal -SIF localizados nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina;

- Portaria MAPA nº. 1.699, de 1º de agosto de 2017. Cria no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária a Comissão Científica Consultiva em Tecnologia de Produtos de Origem Animal;

- Instrução Normativa SDA nº. 30, de 09 de agosto de 2017. Estabelece os procedimentos para submissão de proposta, avaliação, validação e implementação de inovações tecnológicas a serem empregadas em qualquer etapa da fabricação de produtos de origem animal em estabelecimentos com registro no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal -

DIPOA/SDA, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

- Instrução Normativa nº 33, de 5 de setembro de 2017. Altera o subitem 4.1.2. do Anexo III da Instrução Normativa nº 4 de 31 de março de 2000 - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Linguiça. Revoga a Instrução Normativa nº 44 de 7 de dezembro de 2011.

### **2.1.2 CONSULTAS PÚBLICAS PUBLICADAS**

Para maior transparência e êxito nas regulamentações desenvolvidas pelo DIPOA, há envolvimento de grupos de trabalho, reuniões técnicas com órgãos e entidades envolvidos e consultas públicas, as quais elencamos:

- Portaria SDA nº 14 de 15/02/20117 Prorroga por mais 30 (trinta) dias o prazo da consulta pública estabelecido pela Portaria SDA nº. 136, de 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2016, sobre o projeto de Instrução Normativa que aprova o Regulamento Técnico sobre a identidade e requisitos de qualidade que devem atender o peixe congelado.

- Portaria SDA nº 111, de 11 de setembro de 2017 que estabeleceu o prazo de 60 dias para o envio de contribuições sobre o projeto de Instrução Normativa que aprova o Procedimento de trânsito e a certificação da matéria-prima e produtos de origem animal e a declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal.

- Portaria SDA nº 136, de 27 de novembro de 2017 Prorrogação do prazo por mais 30 dias para o envio de contribuições sobre o projeto de Instrução Normativa que aprova o Procedimento de trânsito e a certificação da matéria-prima e produtos de origem animal e a declaração de Conformidade de Produtos de Origem Animal.

- Portaria SDA nº 143, de 18 de dezembro de 2017, que estabeleceu o prazo de 60 dias para o envio de contribuições para a Proposta de Regulamento Técnico que fixa a identidade e qualidade que deve apresentar o peixe curado.

- Portaria SDA nº 146, de 20 de dezembro de 2017, que estabeleceu o prazo de 60 dias para o envio de contribuições para a Proposta de Regulamento Técnico que fixa a identidade e qualidade que deve apresentar o produto cárneo temperado.

### 2.1.3 REGULAMENTAÇÃO INTERNACIONAIS – PRINCIPAIS TEMAS

Publicação da Resolução GMC nº 45/17, aprovada em dezembro de 2017, que trata de Procedimentos para Elaboração, revisão e Revogação de Regulamentos Técnicos Mercosul e Procedimentos Mercosul de Avaliação de Conformidade. Essa Resolução rege todo o procedimento Mercosul e foi revisada no intuito de tornar mais célere o processo de harmonização de normas dentro do Mercado Comum. Revoga a Resolução GMC nº 56/02.

Ainda no tópico de Regulamentações Internacionais, o DIPOA participou dos seguintes eventos em 2017:

#### **Mercosul**

- Participação de 4 reuniões internacionais sendo duas na Argentina e duas no Brasil onde foram abordados os temas : Revisão da GMC nº 26/03 Rotulagem de Alimentos Embalados, Revisão da GMC nº 73/97 Aditivos em Carnes e Produtos Cárneos (concluída – em Consulta Pública – expectativa de publicação em 2018), Revisão da GMC nº 82/93 RTIQ de leite em Pó (concluída – Consulta Pública - expectativa de publicação em 2018), Tratativas na Revisão de Lista Geral Harmonizada de Aditivos e Solicitação de novo trabalho para iniciar a elaboração de Lista Horizontal de Aditivos para Produtos Lácteos (expectativa de início dos trabalhos em 2018).
- Participação de 7 reuniões nacionais preparatórias para as Reuniões ordinárias do MERCOSUL no decorrer do período.
- Participação de 4 reuniões nacionais junto a SRI e MRE, relativo ao Acordo MERCOSUL – União Europeia, sobre Identidade geográfica, utilização do termo tipo, coerência e convergência regulatória.

#### ***Codex Alimentarius***

- Participação em reunião internacional do Comitê de Aditivos Alimentares para discutir Lista INS, Nitratos e Nitritos, Lista Harmonizada de Aditivos intencionais, Utilização de enzimas e Estudos para análises de funções tecnológicas (discussões contínuas).

- Participação em reunião internacional do Comitê de Rotulagem de Alimentos Rotulagem Nutricional Frontal (fase inicial de discussão), Marcação de datas em alimentos pré-embalados (fase final de discussão), Rotulagem em alimentos para fins industriais (fase inicial de discussão).
- Participação em reunião internacional do Comitê de Higiene de Alimentos para discutir Histamina em pescado (fase final – expectativa de conclusão em 2018), revisão dos princípios do APPCC (fase intermediária – expectativa de conclusão 2019) e Discussão de possíveis Novos Trabalhos.
  - Participação de 3 reuniões preparatórias para o CCFA.
  - Participação de 3 reuniões nacionais preparatórias para participação do CCFL.
  - Participação de 4 reuniões nacionais preparatórias para a participação do CCFH.
  - Participação em Colóquio do CCLAC para representação brasileira para temas do Comitê CODEX de Higiene de Alimentos.
  - Participação em reuniões nacionais para discutir resistência microbiana (Comitê de Resíduos de Drogas Veterinárias em Alimentos), equivalência e certificação eletrônica (Comitê de Sistemas de Inspeção e Certificação de Importação e Exportação de Alimentos).

## 2.2 Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI POA

### 2.2.1 O SISBI-POA

O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que faz parte do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal para garantir a inocuidade e segurança alimentar. Compete à DRIN, DREC, DEQ e DIAN a realização das ações voltadas ao SISBI.

### 2.2.2 AUDITORIAS REALIZADAS

Em 2017 o Departamento realizou 5 auditorias voltadas ao SISBI-POA, das quais 04 (quatro) para acompanhamento e verificação de conformidade e 01 (uma) para reconhecimento de equivalência.

### 2.2.3 REUNIÕES, TREINAMENTOS E PALESTRAS REALIZADAS

Oficinas SISBI:

- Oficinas de Orientação para Adesão e Elaboração de Planos de Trabalho
  - ✓ Tocantins – 26 a 30/06/2017
  - ✓ Recife – 21 a 25/08/2017
  - ✓ São Paulo – 04 a 08/12/2017
- Treinamento em Rotulagem de Produtos de Origem Animal – 25 a 29/09/2017
- Treinamento em Verificação Oficial de Programas de Autocontrole – 27/11/2017 a 01/12/2017

### 2.2.4 EQUIVALÊNCIAS RECONHECIDAS

Até 31/12/2016, tínhamos reconhecimento de equivalência de 09 (nove) Serviços de Inspeção Estaduais - SIE, 15 (quinze) Serviços de Inspeção Municipais - SIM e 03 (três) Consórcios. Com as novas adesões em 2017 temos, hoje, 10 (dez) SIE, 16 (dezesesseis) SIM e 03 (três) consórcios

A relação completa dos SIE, SIM e Consórcios de Municípios que aderiram ao SISBI está disponível na página do MAPA pelo link <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sisbi-1>.

## 2.2.5 SERVIÇOS ADERIDOS AO FINAL DE 2017

Serviços com Equivalência Reconhecida em 2017	Publicação
Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal de Santa Maria/RS	Portaria nº 29, de 02 de março de 2017 (SDA/MAPA) – DOU nº 44, de 06/03/2017, Seção 1, pg. 49
Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado do Mato Grosso – INDEA/MT	Portaria nº 98, de 11 de agosto de 2017 (SDA/MAPA) – DOU nº 161, de 22/08/2017, Seção 1, pg. 79

Tabela 1

## 3. Resultados das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do DIPOA

### 3.1 Análise de registro de estabelecimentos

Durante o ano de 2017, foram realizados 86 (oitenta e seis) registros de estabelecimentos nacionais junto ao SIF. No mesmo período, 206 (duzentos e seis) registros de estabelecimentos nacionais foram cancelados, de forma que ao final do ano havia 3062 (três mil e sessenta e dois) estabelecimentos nacionais cadastrados no Serviço de Inspeção Federal.

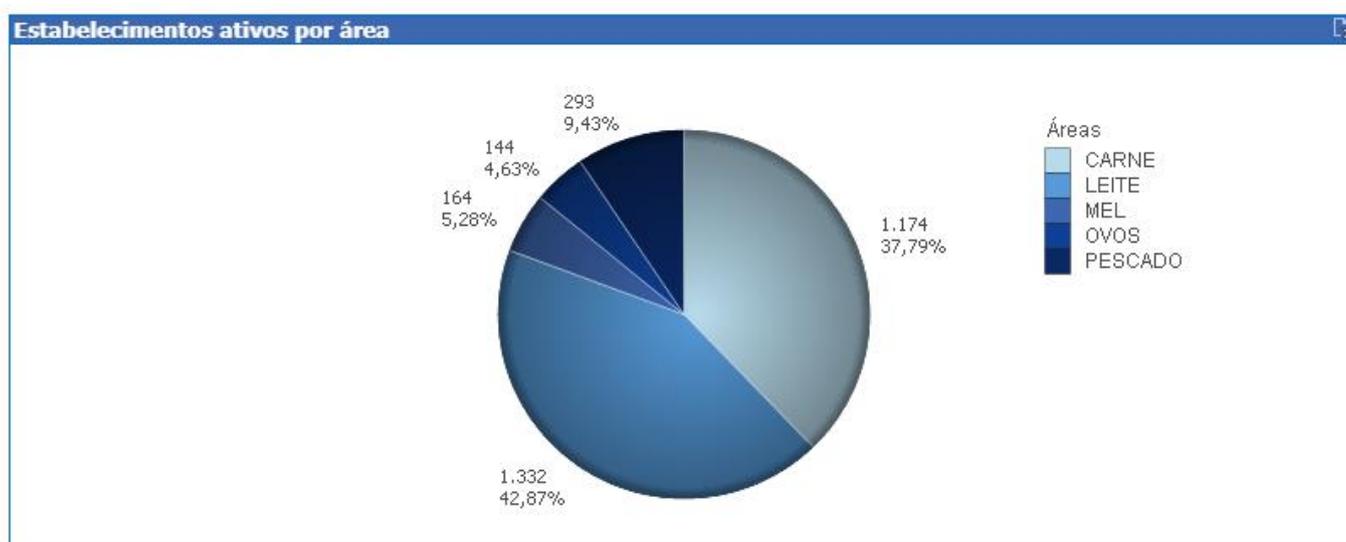
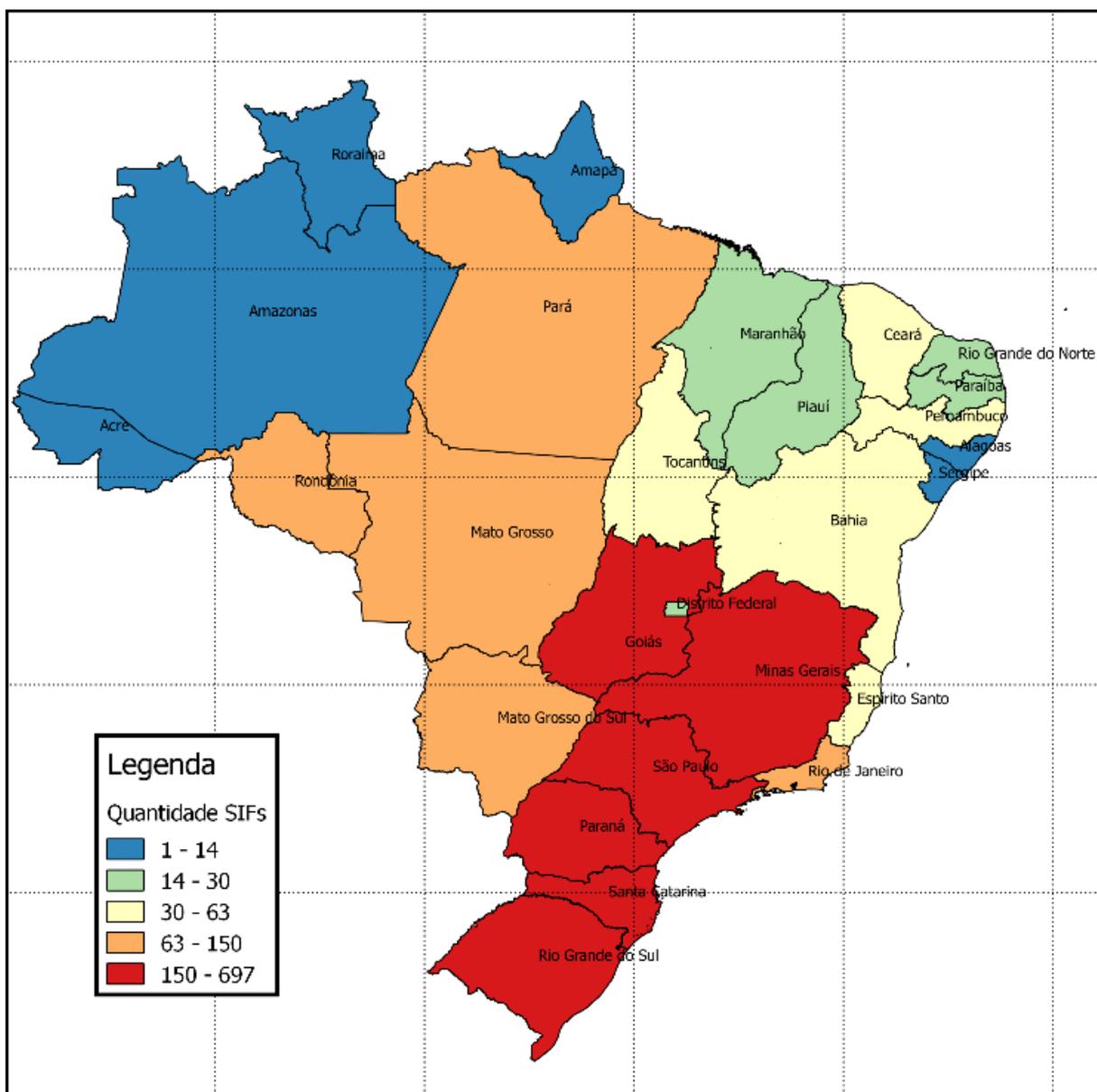


Gráfico 01

<b>UF</b>	<b>Total de Estabelecimentos Registrados</b>	<b>Percentual</b>
MG	697	22,76%
SP	594	19,40%
PR	323	10,55%
SC	276	9,01%
RS	249	8,13%
GO	160	5,23%
MT	111	3,63%
MS	82	2,68%
PA	73	2,38%
RJ	72	2,35%
RO	63	2,06%
BA	62	2,02%
CE	46	1,50%
TO	40	1,31%
PE	38	1,24%
ES	37	1,21%
RN	25	,82%
DF	19	,62%
MA	16	,52%
PB	15	,49%
PI	15	,49%
AM	14	,46%
SE	13	,42%
AL	10	,33%
AP	6	,20%
AC	5	,16%
RR	1	,03%

Tabela 02



Mapa 01

### 3.2 Análise de registro de produtos

No ano de 2017 foram analisados 4.070 (quatro mil e setenta) rótulos de estabelecimentos nacionais e internacionais pela Divisão de Registro e Cadastro-DREC/CGI/DIPOA e pelos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA, Serviços de Inspeção e Saúde Animal – SISA e Serviços de Inspeção, Fiscalização e Saúde Animal – SIFISA, com percentual de aprovação de 41% mediante análise (Gráfico 03). Do total de registros em 2017, 24.053 (vinte e quatro mil e cinquenta e três) tratam-se de rótulos de indústrias nacionais e 1.932 (um mil novecentos e trinta e dois) são rótulos de indústrias estrangeiras.

Com a implantação da Plataforma de Gestão Agropecuária, os produtos regulamentados são registrados automaticamente quando inseridos na PGA SIGSIF, estando sujeitos às fiscalizações e auditorias para verificação sobre a regularidade dos mesmos. Em 2017 houve o registro de 25.985 (vinte e cinco mil novecentos e oitenta e cinco) rótulos, sendo que 24.298 (vinte e quatro mil duzentos e noventa e oito) rótulos com registro automático e 1.687 (um mil seiscentos e oitenta e sete) com registro mediante análise.



Gráfico 02

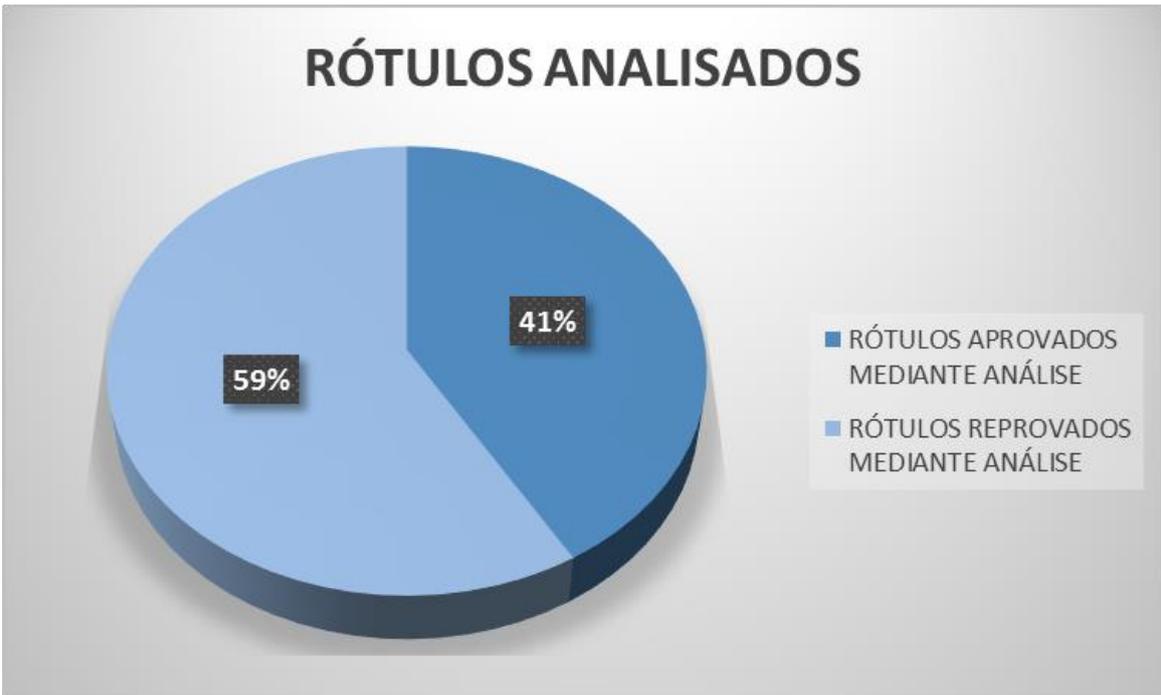


Gráfico 03

Dentre os rótulos registrados em 2017, 15.305 (quinze mil trezentos e cinco) são da área de carne e derivados, 6.341 (seis mil trezentos e quarenta e um) de leite e derivados, 522 (quinhentos e vinte e dois) de mel e produtos apícolas, 1.181 (um mil cento e oitenta e um) de ovos e derivados e 2.636 (dois mil seiscentos e trinta e seis) de pescados e derivados.



Gráfico 04

Para o mesmo período (2017) foram cancelados 1.332 (um mil trezentos e trinta e dois rótulos) a pedido das empresas.

No final de 2017 a base de dados do Serviço de Inspeção Federal, sob gestão do DIPOA, apresentava 176.147 (cento e setenta e seis mil cento e quarenta e sete) registros de produtos ativos, sendo 151.849 (cento e cinquenta e um mil oitocentos e quarenta e nove) rótulos no sistema anterior (SIGSIF) e 24.298 (vinte e quatro mil duzentos e noventa e oito) na PGA SIGSIF.

### 3.3 Análise de projetos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos

A equipe técnica da Divisão de Registros e Cadastros – DREC analisou 90 (noventa) projetos de construção, 78 (setenta e oito) projetos de reforma e ampliação, 230 (duzentos e trinta) processos de atualização cadastral e 214 (duzentos e quatorze) processos de cancelamento de registro no Serviço de Inspeção Federal no ano de 2017.

### 3.4 Análises de recursos administrativos em segunda instância

O Regulamento estabelecido no Decreto Nº 9.013 de 29 de março de 2017 prevê no Capítulo IV – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

*“Art. 527. Do julgamento em primeira instância, cabe recurso, em face de razões de legalidade e do mérito, no prazo de dez dias, contado da data de ciência ou da data de divulgação oficial da decisão.*

*Parágrafo único. O recurso tempestivo poderá, a critério da autoridade julgadora, ter efeito suspensivo sobre a penalidade aplicada e deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, encaminhará o processo administrativo ao Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, para proceder ao julgamento em segunda instância.*

*Art. 528. A autoridade competente para decidir o recurso em segunda e última instância é o Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal,*

*respeitados os prazos e os procedimentos previstos para a interposição de recurso na instância anterior.”*

Nesse sentido, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal recebeu e analisou 810 (oitocentos e dez) processos físicos e 25 (vinte e cinco) processos eletrônicos encaminhados via Sistema Eletrônico de Informações – SEI que tratavam de recursos em segunda instância.

### **3.5 Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil e AGU**

Dentre as ações do Departamento em conjunto com outros órgãos, destacamos:

- Operação Semana Santa: realizada em fevereiro de 2017, a ação ocorreu em oito estados e no Distrito Federal, com a participação de 40 servidores do Serviço de Inspeção Federal, onde foram coletadas amostras de pescados nacionais e importados na rede varejista, onde o objetivo foi o controle de fraude por substituição de espécies de pescado. O material coletado foi submetido à análise em Laboratório Nacional Agropecuário, onde se realizou o sequenciamento genético das amostras e verificação da espécie de peixe comercializada;
- Operação Carne Fraca: ocorreu em março de 2017, sendo motivada pela denúncia sobre irregularidades em estabelecimentos sob Inspeção Federal e envolvimento de servidores públicos em atos de corrupção. Foram designadas equipes de auditorias pela força-tarefa gerida pelo Departamento, onde ocorreram coletas de amostras para envio aos Laboratórios Nacionais Agropecuários. A operação policial focou na investigação de atos de corrupção praticados por empresas e agentes públicos cuja combinação produziu efeito sobre o desempenho dos estabelecimentos e das ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem animal;
- Operação Tripoli: visando combater o contrabando de camarões da espécie *Pleoticus müelleri*, a operação foi realizada em maio de 2017.

Outro objetivo foi a verificação do uso indevido do selo do SIF, além da análise físico-química de pescado para detecção de fraude;

- Operação Fugu: também ocorrida em maio de 2017, a ação foi deflagrada para desmantelamento de grupo que atuava na Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina, onde foram apuradas evidências relacionadas à proteção ilícita de empresas do ramo alimentício, que praticavam fraude em pescado.

### 3.6 Processos e pleitos avaliados pelas áreas técnicas

Em 2017 foram tramitados e analisados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal 5.001 (cinco mil e um) processos eletrônicos via Sistema Eletrônico de Informações – SEI e 1.852 (um mil oitocentos e cinquenta e dois) processos físicos. Tratam-se de documentos de ordem diversa, como procedimentos ligados diretamente à inspeção, trabalhos conjuntos com órgãos externos e outras áreas subordinadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### 3.7 Emissão de Certificados Sanitários e Guias de Trânsito

Entre janeiro a dezembro de 2017 foram emitidos pelo Serviços de Inspeção Federal 314.671 (trezentos e quatorze mil seiscientos e setenta e um) Certificados Sanitários Nacionais – CSN e 179.471 (cento e setenta e nove mil quatrocentos e setenta e uma) Guias de Trânsito – GT, para o acompanhamento de cargas de produtos de origem animal em território nacional, conforme os mapas 02 e 03. No mesmo período, foram emitidos 247.396 (duzentos e quarenta e sete mil trezentos e noventa e seis) Certificados Sanitários Internacionais – CSI, que acompanham os carregamentos de produtos de origem animal durante o trânsito internacional, conforme o mapa 04.

O Brasil exportou produtos de origem animal para 206 (duzentos e seis) diferentes países em 2017, com 598 (quinhentos e noventa e oito) modelos de Certificados Sanitários Internacionais em vigência acordados entre as autoridades sanitárias brasileiras e estrangeiras.

UF	CSN - 2017
SC	51.625
MT	42.829
PR	42.029
RS	34.733
GO	31.830
SP	24.521
RO	24.162
MS	17.903
MG	15.479
PA	14.095
TO	9.790
AC	1.801
DF	1.752
BA	1.041
MA	432
ES	223
AM	185
RJ	140
CE	96
PB	4
PE	1

Tabela 03

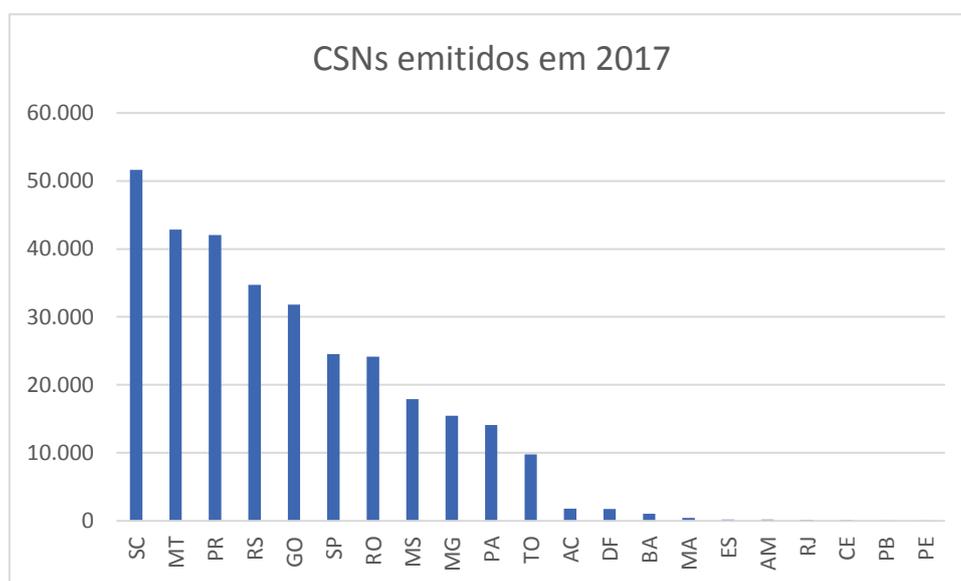
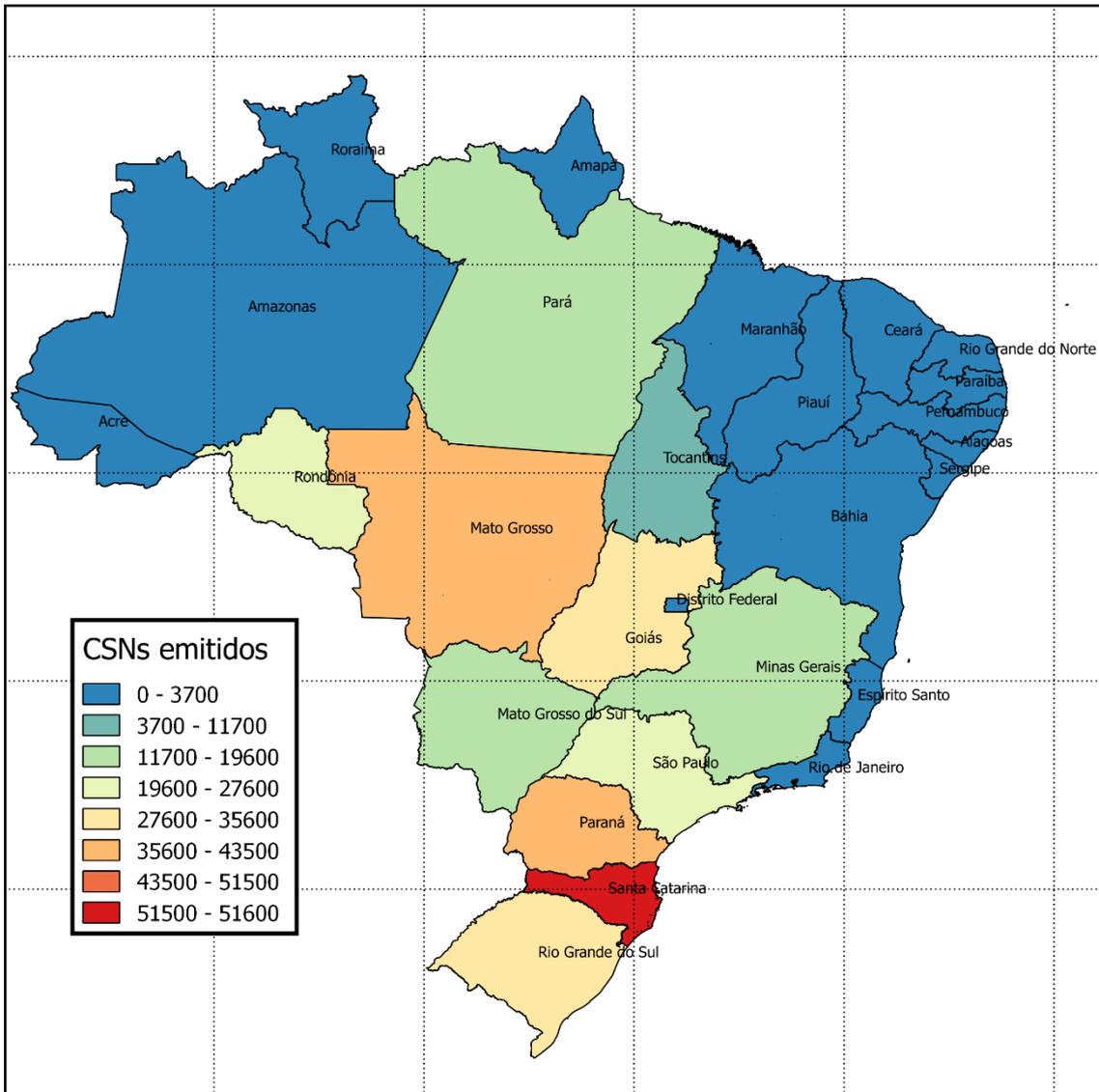


Gráfico 05



Mapa 02

UF	GT
RS	43.464
SP	38.206
GO	23.176
MS	18.335
MG	12.828
PR	11.040
ES	6.099
MT	5.249
RO	4.029
TO	3.733
SC	3.355
PA	2.636
RJ	2.043
BA	1.677
RN	1.203
MA	1.052
AC	948
PE	322
DF	43
SE	12
AM	10
CE	6
RR	5

Tabela 04

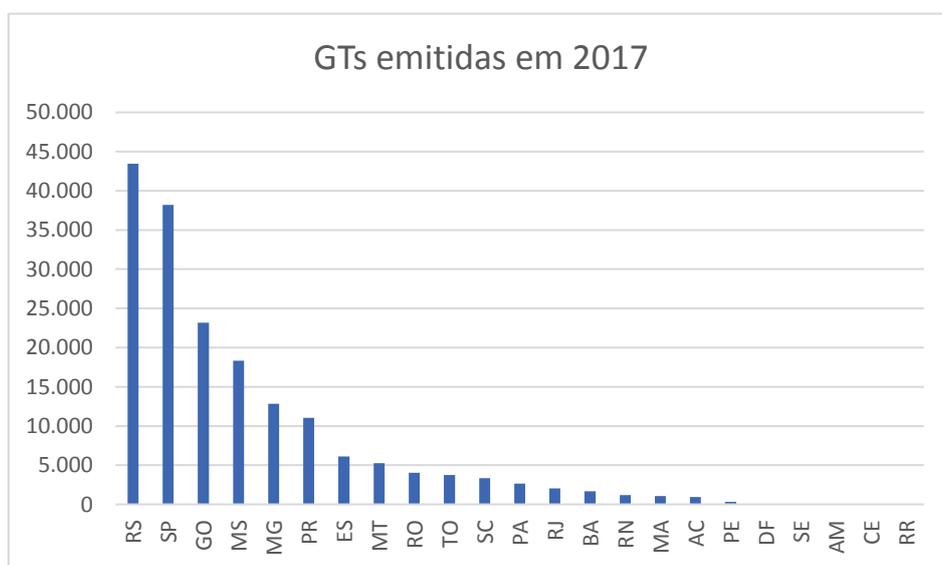
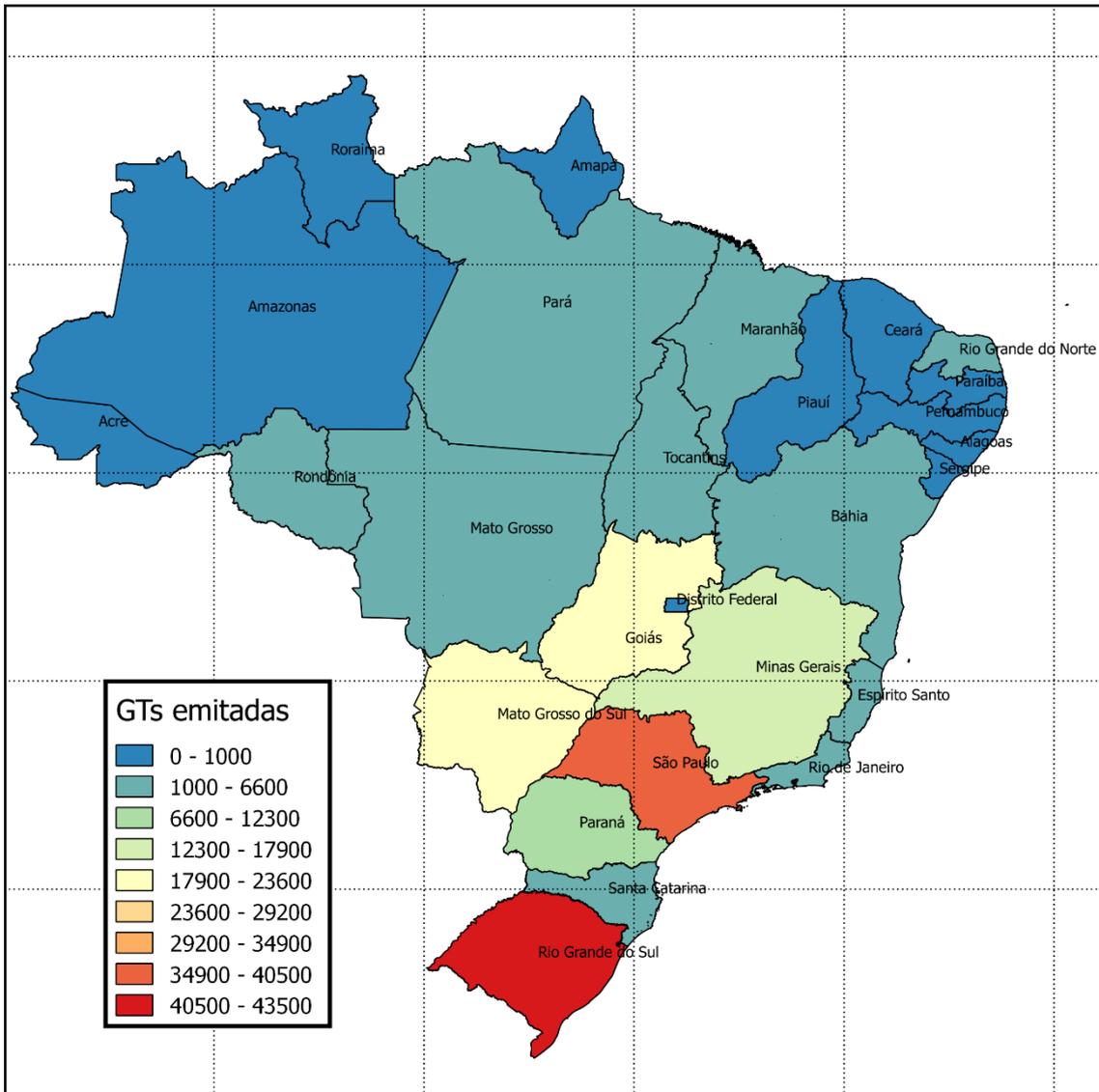


Gráfico 06



Mapa 03

UF	CSI
PR	60.465
SC	49.550
RS	38.423
SP	25.997
MG	14.512
MT	14.266
GO	13.646
MS	11.970
RO	5.206
PA	4.709
DF	2.517
ES	1.739
TO	1.427
RN	1.196
RJ	469
CE	407
BA	336
PE	333
AC	125
MA	55
PI	24
AM	22
PB	2

Tabela 05



Gráfico 07



Mapa 04

### 3.8 Habilitações de estabelecimentos nacionais e estrangeiros

No mês de dezembro de 2017 chegamos ao total de 9.327 (nove mil trezentos e vinte e sete) estabelecimentos estrangeiros habilitados à exportação para o Brasil, tendo a China como principal comprador dos produtos de origem animal e a Argentina como principal exportador para o Brasil desses produtos.

No final de 2017 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento possuía 3.062 estabelecimentos nacionais cadastrados sob supervisão do Serviço de Inspeção Federal, sendo todos aptos à exportação de produtos de origem animal.

<b>Exportação – 2017</b>	
<b>Pais</b>	<b>PERCENTUAL</b>
CHINA	44,06%
RÚSSIA	13,19%
HONG KONG	9,25%
CINGAPURA	6,84%
JAPÃO	4,33%
ARÁBIA SAUDITA	3,24%
PAÍSES BAIXOS, HOLANDA	2,62%
LISTA GERAL	2,16%
IRÃ - REP.ISL.DO	1,83%
OUTROS	12,46%

Tabela 06

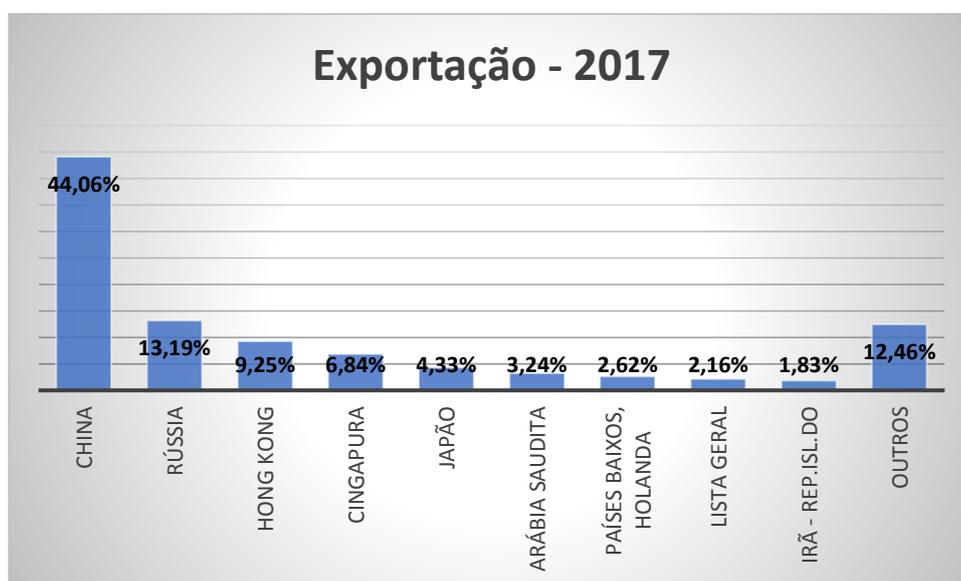


Gráfico 08

<b>Total de Produtos Importados - 2017</b>	
<b>Pais</b>	<b>PERCENTUAL</b>
ARGENTINA	19,08%
URUGUAI	18,09%
CHILE	13,13%
MARROCOS	10,10%
CHINA	6,25%
OMÃ	5,19%
PARAGUAI	5,01%
VIETNÃ	4,40%
AUSTRÁLIA	2,62%
OUTROS	16,12%

Tabela 07



Gráfico 09

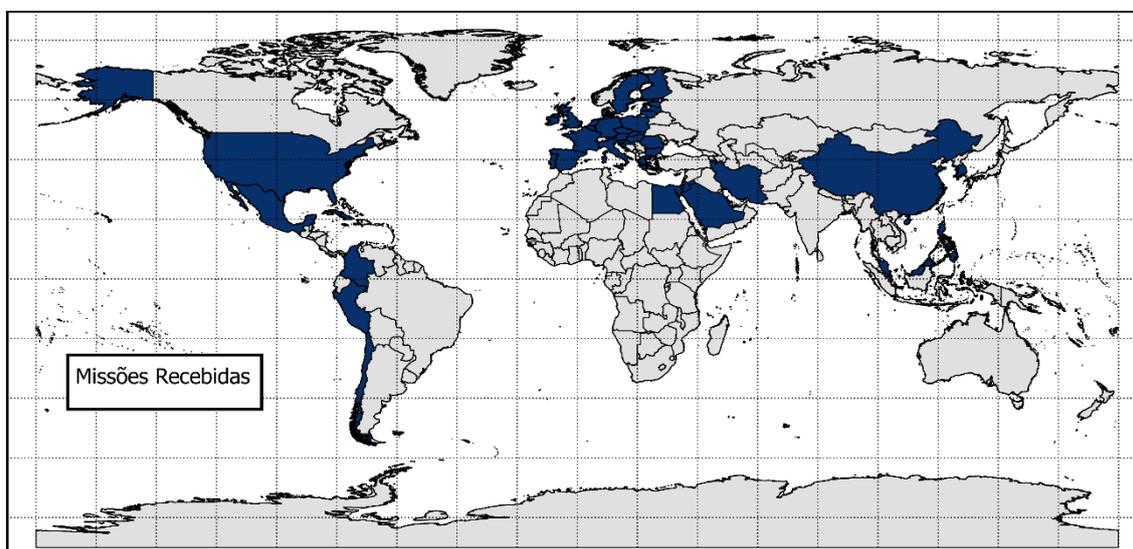
### 3.9 Missões sanitárias oficiais estrangeiras e brasileiras

As missões oficiais de autoridades sanitárias estrangeiras de países importadores de produtos de origem animal do Brasil foram realizadas com êxito no ano de 2017, alcançando o total de 31 (trinta e uma) Missões, com 319 (trezentos e dezenove) estabelecimentos visitados e vistoriados. No mesmo ano o Serviço de Inspeção Federal auditou 19 (dezenove) estabelecimentos de 5 (cinco) países para verificação de equivalência dos serviços de inspeção sanitária.

Missões Estrangeiras Realizadas no Brasil - 2017			
País/Bloco Econômico	Número de Estabelecimentos Auditados	Número de Missões	Espécies
Arábia Saudita	35	2	Aves e Bovinos (1 missão aves e bovinos e outra apenas bovinos)
Chile	26	2	Lácteos
Chile	37	3	Aves e Suínos
China	4	4	Carnes, sistema
Colombia	10	1	Farinhas
Coreia do Sul	8	1	Suínos e aves
Coreia do Sul	2	1	Bovinos
Cuba	36	1	Bovinos
Cuba	18	1	Lácteos
Estados Unidos	11	2	Carnes, sistema
Egito	31	1	Bovinos

Filipinas	23	1	Bovinos e aves
Hong Kong	3	1	Carnes, sistema
Irã	6	1	Bovinos
Israel	5	1	Bovinos
Jamaica	1	1	Sistema
Jordânia	3	1	Bovinos e aves
Malásia	16	1	Bovinos e aves
México	11	1	Termoprocessados
Peru	6	1	Sistema
Singapura	3	1	Carnes
União Europeia	14	1	Bovino, aves e equinos
União Europeia	10	1	Pescado
<b>TOTAL</b>	<b>319</b>	<b>31</b>	<b>***</b>

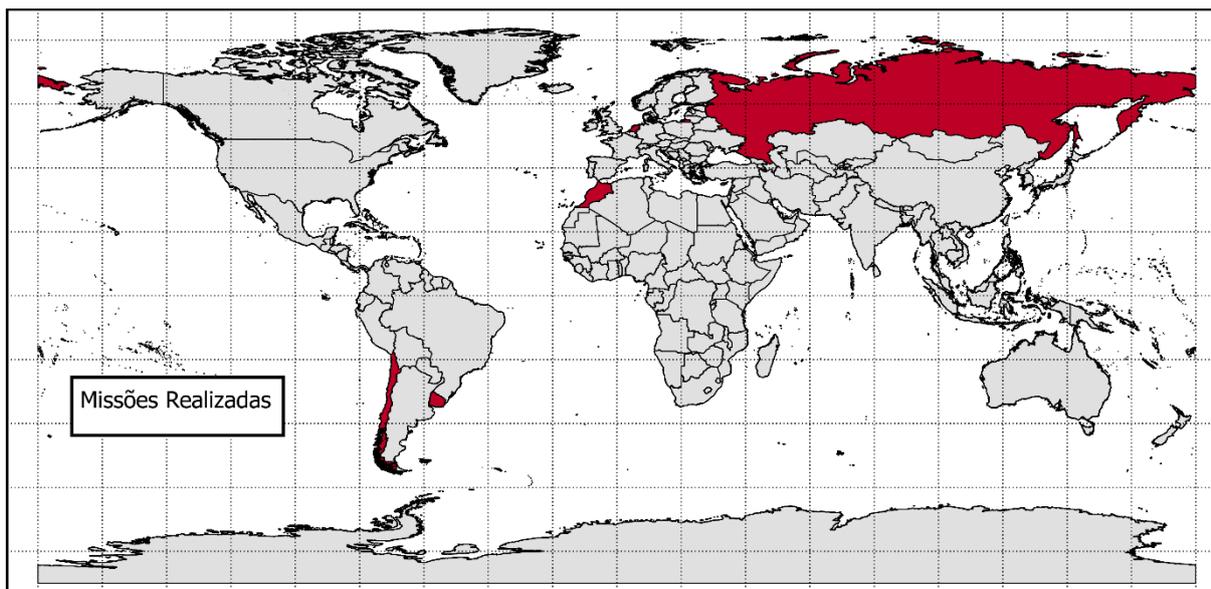
Tabela 08



Mapa 05

Missões Brasileiras Realizadas no Exterior - 2017			
País/Bloco Econômico	Número de Estabelecimentos Auditados	Número de Missões	Espécies
Chile	5	1	Pescado
Rússia	2	1	Carne Bovina
Países Baixos	7	1	Lácteos e suínos
Marrocos	2	1	Lácteos
Uruguai	3	1	Lácteos
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>***</b>

Tabela 09



Mapa 06

### 3.10 Fiscalizações, Supervisões e Auditorias Realizadas

A Divisão responsável pelas Auditorias (DIAN/CGI) cumpriu o cronograma apresentado na Tabela 10, realizando 93 (noventa e três) auditorias em 2017.

<b>Auditorias Nacionais - 2017</b>	
<b>Estado</b>	<b>Número de Estabelecimentos Auditados</b>
AC	1
AP	1
ES	2
GO	5
MA	4
MG	4
MS	6
MT	3
PA	2
PB	1
PR	18
RN	1
RO	4
RS	12
SC	14
SP	7
TO	5
<b>Estado</b>	<b>Auditoria no SIF</b>
PR	SIPOA
RS	SIPOA
SC	SIPOA
<b>TOTAL DE AUDITORIAS REALIZADAS NO PERÍODO</b>	<b>93</b>

Tabela 10

Dezessete estados que compõem a Federação do Brasil foram auditados, não sendo contemplados 10 estados (AL, AM, BA, CE, PE, PI, RJ, RR e SE) e o Distrito Federal (DF) em 2017.

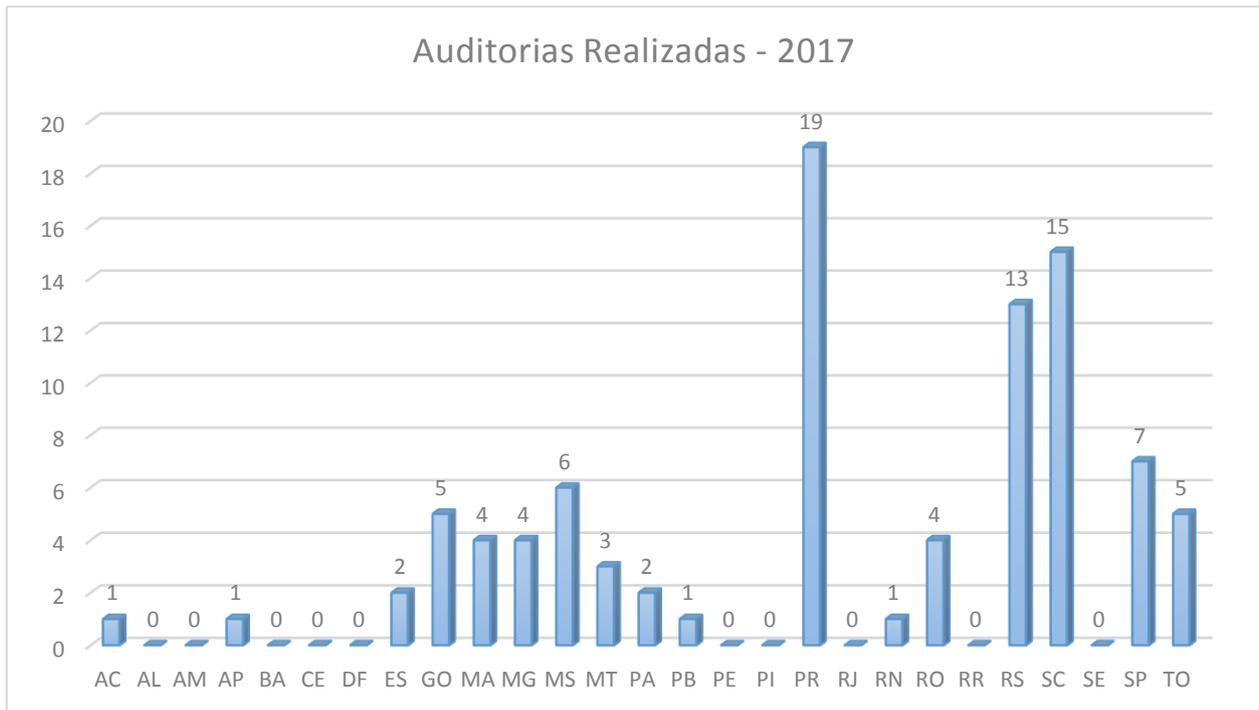


Gráfico 10

No período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de outubro de 2017, temos o registro de 3.587 (três mil quinhentos e oitenta e sete) fiscalizações realizadas (950 na área de carne, 1.443 na área de leite, 131 na área de mel, 295 na área de ovos e 768 na área de pescados), 1.102 supervisões, 158 ações de combate à clandestinidade, 27 (vinte e sete) ações nacionais do SISBI e mais de 44.000 (quarenta e quatro mil) amostras coletadas. Tudo isso só foi possível em função do recurso disponibilizado para o Departamento para custeio das atividades e manutenção dos serviços, chegando ao total de R\$ 10.076.695,00 (dez milhões, setenta e seis mil e seiscentos e noventa e cinco reais) em 2017.

## 4 Controles Físico-químicos e Microbiológicos de Produtos de Origem Animal

### 4.1 Programas de controle de alimentos de origem animal

Visando a modernização e aperfeiçoamento do sistema de inspeção, o DIPOA, por meio da Coordenação Geral de Programas Especiais (CGPE), implantou a partir de 2013 o Programa Nacional de Controle de Patógenos (PNCP) e o Programa Nacional de Avaliação de Conformidade de Parâmetros Físico-Químicos de Produtos de Origem Animal Comestíveis (PACPOA). Esses programas foram elaborados com colaboração dos membros da Comissão Científica Consultiva em Microbiologia de Produtos de Origem Animal.

Os resultados das análises laboratoriais são enviados aos respectivos SIFs para adoção de ações fiscalizatórias, quando cabíveis. Enquanto os resultados consolidados dos programas são apresentados à CGI e CGCOA para gerenciamento do risco, priorizando as ações em produtos mais críticos quanto à segurança alimentar.

Os resultados referentes ao ano de 2017 serão divulgados no Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA, volume 4, 2018.

<b>Programas Especiais - 2017</b>	
<b>Programa</b>	<b>Número de Amostras Realizadas</b>
Avaliação de conformidade de produtos de origem animal (PACPOA)	2961 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Escherichia coli verotoxigênica (STEC) e Salmonella spp. em carne bovina	1052 (dados parciais: de jan a out/2017)
PNCP - Salmonella spp. em carcaça de frangos, galinhas, perus de corte e reprodução	1511 (dados parciais: de fev a out/2017)
PNCP - Listeria monocytogenes em produtos de origem animal prontos para consumo	394 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Campylobacter spp. em carcaça de frangos de corte	393 (dados parciais: de jul a nov/2017)

Avaliação de conformidade de produtos de origem animal (PACPOA)	2961 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Escherichia coli verotoxigênica (STEC) e Salmonella spp. em carne bovina	1052 (dados parciais: de jan a out/2017)
PNCP - Salmonella spp. em carcaça de frangos, galinhas, perus de corte e reprodução	1511 (dados parciais: de fev a out/2017)
PNCP - Listeria monocytogenes em produtos de origem animal prontos para consumo	394 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Campylobacter spp. em carcaça de frangos de corte	393 (dados parciais: de jul a nov/2017)
Avaliação de conformidade de produtos de origem animal (PACPOA)	2961 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Escherichia coli verotoxigênica (STEC) e Salmonella spp. em carne bovina	1052 (dados parciais: de jan a out/2017)
PNCP - Salmonella spp. em carcaça de frangos, galinhas, perus de corte e reprodução	1511 (dados parciais: de fev a out/2017)
PNCP - Listeria monocytogenes em produtos de origem animal prontos para consumo	394 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Campylobacter spp. em carcaça de frangos de corte	393 (dados parciais: de jul a nov/2017)
Avaliação de conformidade de produtos de origem animal (PACPOA)	2961 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Escherichia coli verotoxigênica (STEC) e Salmonella spp. em carne bovina	1052 (dados parciais: de jan a out/2017)
PNCP - Salmonella spp. em carcaça de frangos, galinhas, perus de corte e reprodução	1511 (dados parciais: de fev a out/2017)
PNCP - Listeria monocytogenes em produtos de origem animal prontos para consumo	394 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Campylobacter spp. em carcaça de frangos de corte	393 (dados parciais: de jul a nov/2017)
Avaliação de conformidade de produtos de origem animal (PACPOA)	2961 (dados parciais: de jan a set/2017)
PNCP - Escherichia coli verotoxigênica (STEC) e Salmonella spp. em carne bovina	1052 (dados parciais: de jan a out/2017)

Tabela 11

## 4.2 Operações de combate à fraude

Em 2017, com a deflagração da Operação Carne Fraca, foram intensificadas as coletas de amostras de produtos cárneos para pesquisa de indícios de fraude. Além das amostras coletadas nos estabelecimentos implicados na Operação, também foram coletadas amostras de produtos cárneos em estabelecimentos varejistas e encaminhadas para realização de análises físico-químicas nos Lanagros, dentre elas pesquisa e quantificação de aditivos alimentares com função de conservantes.

Além disso, também foram coletadas amostras de leite e produtos lácteos para realização de análises laboratoriais visando identificar adulterações em leite UHT e leite

em pó e informações enganosas nos rótulos de produtos lácteos fabricados exclusivamente com leite de búfala.

Os resultados laboratoriais foram encaminhados aos SIFs para adoção de medidas fiscais, quando cabível, e o resultado dessas ações serão divulgados no Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA, ano 2018, volume 4.

### 4.3 Programa Nacional de Resíduos e Contaminantes – PNCRC

Em 2017, o DIPOA recebeu 42 (quarenta e dois) avisos de violação de limites de resíduos veterinários ou contaminantes ambientais e de detecção de resíduos de compostos químicos de uso proibido no país, referentes a amostras de diferentes matrizes e espécies animais, coletadas pelos Serviços de Inspeção Federal em atendimento ao PNCRC no ano de 2017.

Das 42 violações, a mais frequente foi a de Ivermectina em bovinos, com 9 (nove) notificações.

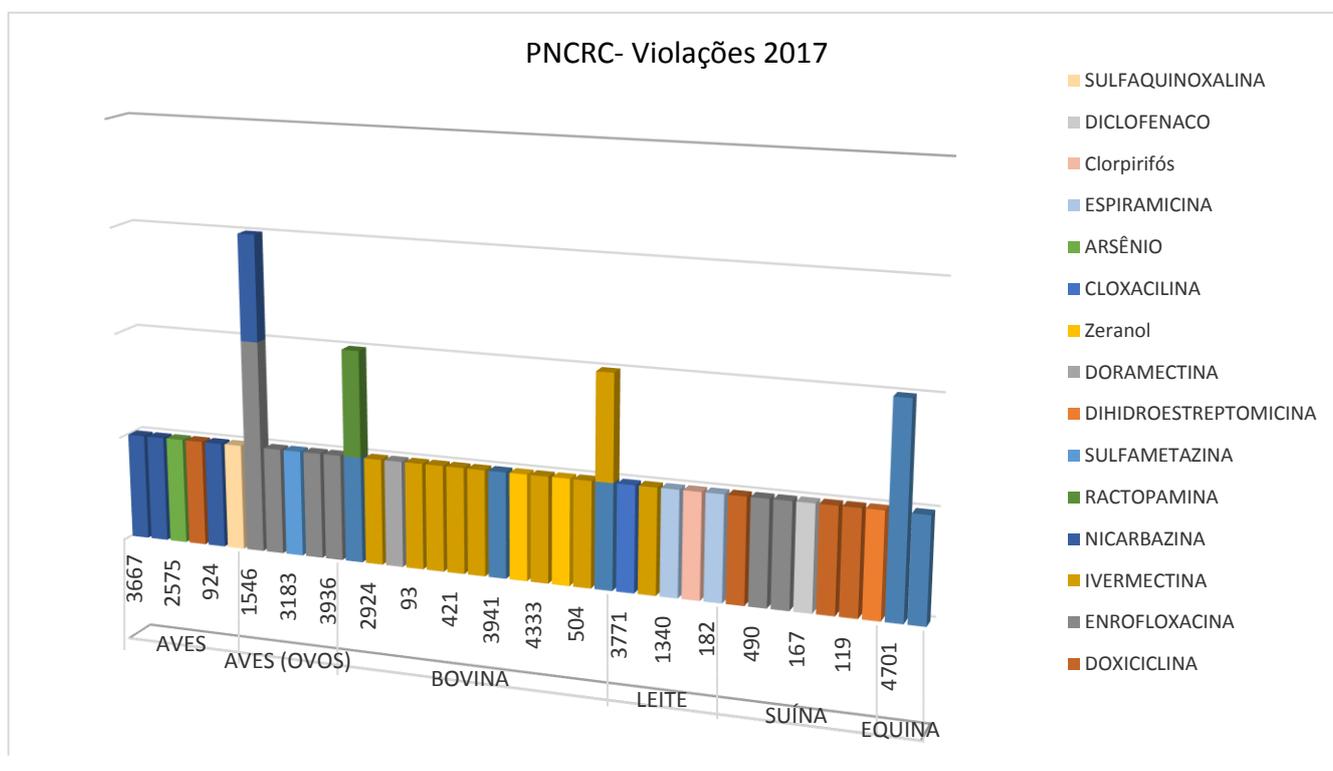


Gráfico 11

## 4.4 Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA

Os resultados do PACPOA, PNCP, do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) e do Regime de Alerta de Importação (RAI) referentes ao ano de 2016 foram publicados no Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA, volume 3, 2017, divulgado na página eletrônica do MAPA, em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/arquivos-publicacoes-dipoa/anuario-dos-programas-de-controle-de-alimentos-de-origem-animal-do-dipoa-volume-3-2013-2017/view>.

Os resultados de 2017 serão divulgados no Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA, ano 2018, volume 4.

Em 2017 foi impressa foi uma tiragem de 3.000 cópias do Anuário, distribuídos para todos os SIPOA, SISA e SIFISAs.

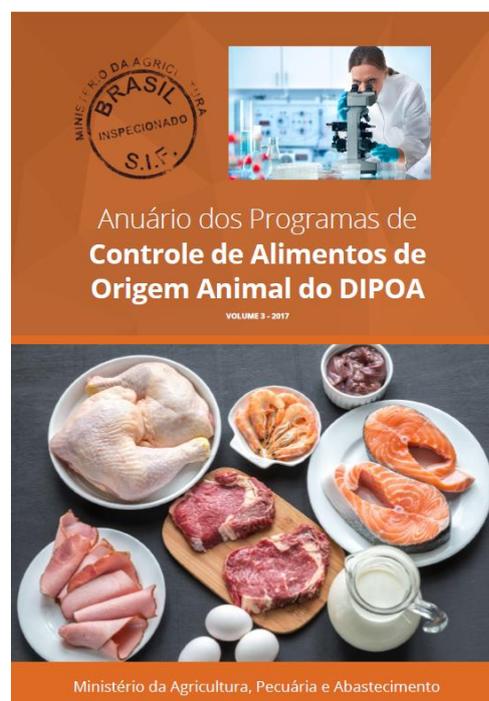


Figura 02

Foi finalizado e publicado o Manual de Coleta de Amostras de Produtos de Origem Animal, disponível em:

*<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produtos-animal/arquivos-publicacoes-dipoa/manual-de-coleta-de-amostras-julho-2017.pdf/view>*.

Também está disponível o Manual de Procedimentos para Laboratórios, elaborado pela Coordenação Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL), com informações sobre os critérios para recebimento de amostras em laboratórios oficiais:

*[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/laboratorios/arquivos-publicacoes-laboratorio/manual-finalizado-com-foto-dipoa-cgal-14\\_09\\_16.pdf/view](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/laboratorios/arquivos-publicacoes-laboratorio/manual-finalizado-com-foto-dipoa-cgal-14_09_16.pdf/view)*

## 4.5 Notificações Internacionais

Todas as violações e irregularidades evidenciadas nos produtos de origem animal importados durante a rotina de reinspeção de produtos nos SIFs e nas Unidades VIGIAGRO são encaminhadas ao DIPOA para serem tratadas pelo Serviço de Investigação de Violações e Notificações – SEIV, com procedimentos estabelecidos pela Norma Interna SDA nº 01/2016.

Quando as irregularidades são referentes a violações em padrões físico químicos ou microbiológicos de produtos de origem animal importados evidenciados em análises laboratoriais oficiais, a empresa é inserida na Lista de Regime de Alerta de Importação-RAI, e a partir deste momento os próximos dez carregamentos que adentrarem aos nossos portos serão retidos para amostragem e envio para laboratórios oficiais, sendo liberados apenas se os resultados das análises completas atestarem a conformidade dos produtos.

Quando as amostras evidenciam violações, os carregamentos são sumariamente devolvidos ao país de origem.

Ao mesmo tempo são encaminhadas notificações sobre estas violações ao país exportador, para que as empresas e autoridades sanitárias envolvidas apresentem os resultados do processo de investigação e plano de ações corretivas ao MAPA em um prazo de 60 dias.

Quando as irregularidades são relacionadas a outros tipos de violação não evidenciadas por análises laboratoriais, os estabelecimentos não entram em RAI, mas em uma Lista de estabelecimentos com notificações não passíveis de abertura de RAI, também sediada na página aberta no site do MAPA. Esta lista tem a finalidade de alertar aos servidores nas atividades de reinspeção a atentarem para as falhas nela relatadas e verificarem o seu cumprimento durante as ações.

Para essas irregularidades, as notificações são igualmente encaminhadas às autoridades sanitárias dos países exportadores.

Quando as respostas dos países não são encaminhadas, as empresas são suspensas até que as notificações sejam devidamente respondidas e avaliadas pelo SEIV.

Este conjunto de ações passou a ser adotado a partir do ano de 2016, apesar de estar previsto desde 1998, quando da publicação da Portaria SDA nº 183.

Durante o ano de 2017, foram encaminhadas 74 (setenta e quatro) notificações internacionais de irregularidades, sendo destas 33 (trinta e três) com Instalação de Regime de Alerta de Importação- RAI e 41 (quarenta e um) de Notificações sem abertura de RAI.

O perfil das notificações pode ser expresso segundo tabelas abaixo:

1- Irregularidades que ocasionaram as notificações internacionais

RAZÃO	Nº
Alterações Físico Químicas	19
Glaciamento não compensado em pescado	14
Irregularidades na rotulagem	13
Alterações microbiológicas	09
Presença de parasitas em pescado	07
Higiene precária de Container	07
Estufamento de lata	01
Lesões repugnantes em pescado	01
Deteriora em pescado	01
Substituição de espécies de pescado	01
Problemas de certificação	01

Tabela 12

## 2- Número de notificações por países

PAÍS	Nº
China	25
Argentina	10
Vietnã	08
Marrocos	08
Uruguai	06
Equador	05
Estados Unidos	03
Chile	02
Países Baixos	02
Espanha	01
Panamá	01
Omã	01
Nova Zelândia	01

Tabela 13

## 3- Irregularidades por setor produtivo

SETOR	Nº
Pescado	59
Lácteos	12
Cárneos	03

Tabela 14

Atualmente existem 38 (trinta e oito) empresas em RAI e 15 (quinze) na lista de RAI com suspensão, que ainda que suspensas, quando retornarem às exportações após o encaminhamento dos planos de ações corretivas, retornarão à lista de RAI por mais dez carregamentos conformes, de acordo com a Portaria SDA nº 183/98.

Existem ainda 33 (trinta e três) empresas inseridas na Lista de estabelecimentos com notificações não passíveis de abertura de RAI.

Todas as orientações, listas de estabelecimentos e manuais de coleta são permanentemente atualizados na página “Alerta de Importação” no site do MAPA , pelo link: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/importacao-e-exportacao/importacao/alerta-de-importacao>



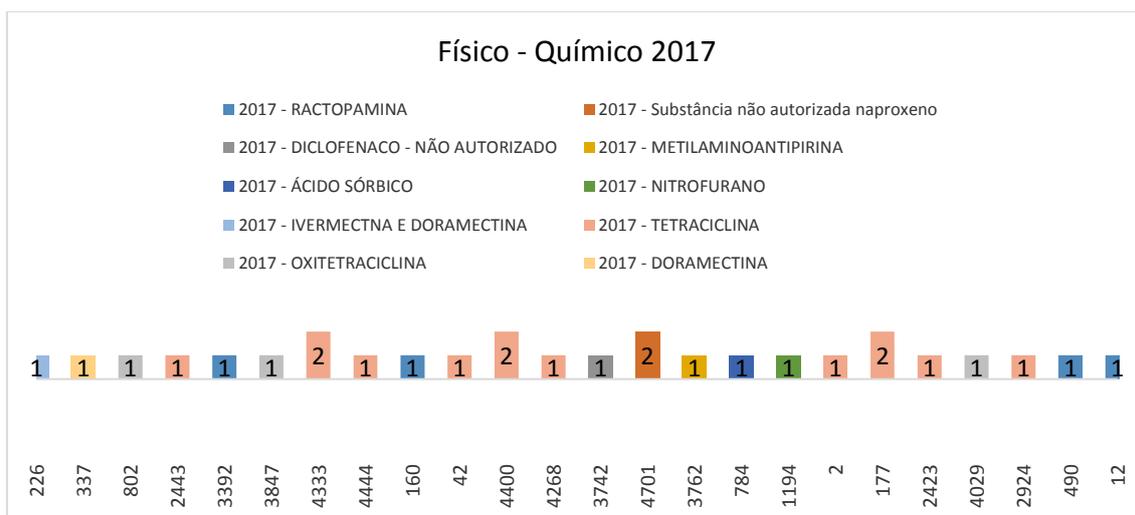


Gráfico 13

Todas as notificações internacionais e violações de resíduos do PNCRC são tratadas no DIPOA por meio do Serviço de Investigação de Violações e Notificações – SEIV, com procedimentos estabelecidos pelo Memorando-Circular nº 1/2016/DIPOA/SDA/GM/MAPA, de 22 de agosto de 2016,

Após o recebimento e avaliação das notificações, um processo é encaminhado à Superintendência do estado onde o estabelecimento sob SIF esteja situado, com os procedimentos de fiscalização previstos em legislação, que implicam em atuações dos estabelecimentos envolvidos, bem como adoção de medidas corretivas e apresentação de Plano de Ação.

O estabelecimento produtor encaminha para avaliação do SIF local, o detalhamento da investigação e das medidas corretivas adotadas, com os seus respectivos prazos, incluindo obrigatoriamente ao final do processo de investigação o resumo do plano de ações corretivas, que acompanha o processo de investigação e encaminha para instâncias superiores atestando o seu cumprimento.

O SEIV, ao receber o processo dos Serviços nos estados, avalia o processo investigativo, bem como os pareceres da IF local e Serviço de Inspeção da SFA, e se favorável, conclui a investigação no âmbito do DIPOA, elaborando parecer técnico conclusivo a ser encaminhado ao GAB/DIPOA, para envio à Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, com vistas à SRI - SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO, para que esta elabore comunicação ao país de origem da notificação, conforme for o caso.

## 5 Capacitações e Treinamentos

### 5.1 Eventos de capacitação e treinamento promovidos pelo DIPOA

Os eventos desenvolvidos exclusivamente pelo DIPOA ou em parceria com outras instituições e organizações permitiram que em 2017 fossem capacitados 531 (quinhentos e trinta e um) Auditores Fiscais Federais Agropecuários - AFFA, 63 (sessenta e três) Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal – AISIPOA, 12 (doze) Médicos Veterinários Conveniados e 219 (duzentos e dezenove) Médicos Veterinários Temporários, além de 217 (duzentos e dezessete) servidores de outros órgãos, o que totaliza 1.042 (um mil e quarenta e dois) participantes em eventos com envolvimento direto do DIPOA.

<b>Eventos de capacitação promovidos pela DAT/CGPE/DIPOA em parceria com os SIPOAs, SISAS e SIFISAS</b>				
<b>Evento/Curso</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Nº de Participantes</b>
Tecnologia de Queijos Mofados	Presencial - interno	AFFA	32 horas	7 AFFA
Curso de Atualização em Práticas de inspeção de	Presencial - interno	AFFA AISIPOA	40 horas	51 AFFA 1 AISIPOA
Padronização de procedimentos de supervisão	Presencial - interno	AFFA AISIPOA	32 horas	44 AFFA 3 AISIPOA
Requisitos para exportação de Produtos Cárneos para os Estados Unidos da América	Presencial - interno	AFFA	20 horas	11 AFFA
Reunião para padronização de procedimentos de Fiscalização e Supervisão	Presencial - interno	AFFA AISIPOA Conveniados	24 horas	30 AFFA 24 AISIPOA 12 Conveniados
Tipificação de Carcaças Bovinas - cota Hilton	Presencial - interno	AFFA	32 horas	16 AFFA
Treinamento de Supervisores de estabelecimentos habilitados à exportação para EUA e UE do SIPOA/DDA/SFA-MG.	Presencial - interno	AFFA AISIPOA	28 horas	14 AFFA 3 AISIPOA
Treinamento dos Agentes de Atividades Agropecuárias (AAA) e Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal (AISIPOA) do estado de Rondônia, sobre as novas diretrizes de Inspeção Periódica nos estabelecimentos processadores, definidas na Norma Interna DIPOA/SDA nº 01, de 08 de março de 2017.	Presencial - interno	AISIPOA AAA	24 horas	3 AFFA instrutores 18 AISIPOA e AAA
Reunião técnica sobre exigências da área de carnes para União Europeia e Estados Unidos	Presencial - interno	AFFA	24 horas	16 AFFA
Curso à distância em inspeção de animais de abate (em andamento)	EAD - interno	AFFA e MVT	110 h - AFFA 50 h - MVT	181 AFFA 219 MVT
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES: 392 AFFA, 49 AISIPOA, 12 MÉDICOS VETERINÁRIOS CONVENIADOS, 219 MÉDICOS VETERINÁRIOS TEMPORÁRIOS e 3 EXTERNOS (SIE e SIM).</b>				

Tabela 15

Treinamentos em serviço				
Evento/Curso	Modalidade	Público Alvo	Carga Horária	Nº de Participantes
Treinamento em serviço - Acompanhamento de auditoria sobre violações RASFF	Presencial – em serviço	AISIPOA	24 horas	1 AISIPOA
Treinamento em serviço - RASFF - Salmonella	Presencial – em serviço	AFFA	8 horas	1 AFFA
Treinamento em serviço - RASFF - Salmonella	Presencial – em serviço	AFFA	24 horas	1 AFFA
Treinamento em serviço em abate de aves	Presencial – em serviço	AFFA	40 horas	1 AFFA
Treinamento em serviço em inspeção de aves	Presencial – em serviço	AFFA	16 horas	1 AFFA
Treinamento em serviço em inspeção de aves (SIF 2) e em gestão de documentos nas áreas de aves	Presencial – em serviço	AFFA	40 horas	1 AFFA
Treinamento em serviço em inspeção de aves (SIF 2) e em gestão de documentos nas áreas de aves, pescado e de autocontrole (SIPOA)	Presencial – em serviço	AFFA	40 horas	1 AFFA
Treinamento em serviço em inspeção de bovinos	Presencial – em serviço	AFFA	24 horas	1 AFFA
Treinamento em serviço em inspeção de leite	Presencial – em serviço	AISIPOA	32 horas	2 AISIPOA
Treinamento em serviço em Inspeção e Fiscalização em Vigilância Agropecuária de POA	Presencial – em serviço	AFFA e AISIPOA	24 horas	1 AFFA 1 AISIPOA
Treinamento em serviço em rastreabilidade em bovinos	Presencial – em serviço	AFFA	32 horas	1 AFFA
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES: 9 AFFA e 4 AISIPOA</b>				

Tabela 16

Cursos com participação de servidores do SIF oferecidos por instituições externas				
Evento/Curso	Modalidade	Público Alvo	Carga Horária	Nº de Participantes
21º Curso de Treinamento sobre Princípios HACCP e Técnica de Auditoria	Presencial - externo	AFFA	36 horas	1 AFFA
CURSO "SEGURANÇA ALIMENTAR PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL: GERENCIAMENTO E CONTROLE EUROPEU E INTERNACIONAL".	Presencial - externo	AFFA	90 horas	1 AFFA
Curso de Formação de Indivíduos Qualificados em Controles Preventivos em Alimentos para Consumo Humano	Presencial - externo	AFFA e AISIPOA	24 horas	4 AFFA 1 AISIPOA
HACCP e Princípios de Análise de Riscos	Presencial - externo	AFFA	26 horas	11 AFFA
Treinamento em Boas Práticas e Bem-Estar Animal	Presencial - externo	AFFA e AISIPOA	24 horas	40 AFFA 2 AISIPOA
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES: 57 AFFA e 3 AISIPOA</b>				

Tabela 17

Licença-Capacitação				
Evento/Curso	Modalidade	Público Alvo	Carga Horária	Nº de Participantes
Curso de Espanhol Completo	EAD - Externo	AISIPOA	240 horas	1 AISIPOA
Licença capacitação - Inglês	Presencial - externo	AFFA	240 horas	1 AFFA
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES: 1 AFFA E 1 AISIPOA</b>				

Tabela 18

Ciclo de Palestras do DIPOA				
Tema	Modalidade	Público Alvo	Carga Horária	N° de Participantes
Uso de Tecnologias limpas (ultrassom e micro-ondas) no processamento industrial	Presencial - interno	AFFAs, AISIPOAs e servidores de outros órgãos	3 horas	12 AFFA 1 AISIPOA 12 externos
Comunicação de Risco	Presencial - interno	AFFAs, AISIPOAs e servidores de outros órgãos	3 horas	13 AFFA 18 externos
Norma ABNT NBR ISSO 22.000:2006 (Requisitos do Sistema de Gestão de Segurança dos Alimentos)	Presencial - interno	AFFAs, AISIPOAs e servidores de outros órgãos	2 horas	16 AFFA 1 AISIPOA 17 externos
Irradiação de Alimentos	Presencial - interno	AFFAs, AISIPOAs e servidores de outros órgãos	3 horas	12 AFFA 1 AISIPOA 15 externos
Sistema Europeu de controle de alimentos	Presencial - interno	AFFAs, AISIPOAs e servidores de outros órgãos	3 horas	21 AFFA 9 externos
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES: 74 AFFA do SIF, 3 AISIPOA, 71 OUTROS ÓRGÃOS</b>				

Tabela 19

Eventos de capacitação promovidos pela DRIN/DIPOA para público externo				
Evento/Curso	Modalidade	Público Alvo	Carga Horária	N° de Participantes
“TREINAMENTO EM VERIFICAÇÃO DE PROGRAMA DE AUTOCONTROLE E AUDITORIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL”	Presencial - interno	SISBI	32 horas	2 AFFA 1 AISIPOA 31
OFICINA DE ORIENTAÇÃO PARA ADEÇÃO AO SISBI-POA E CONSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO	Presencial - interno	SISBI	32 horas	6 AFFA 27 Externo
OFICINA DE ORIENTAÇÃO PARA ADEÇÃO AO SISBI-POA E CONSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO	Presencial - interno	SISBI	32 horas	2 AFFA 26 Externo
OFICINA DE ORIENTAÇÃO PARA ADEÇÃO AO SISBI-POA E CONSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TRABALHO	Presencial - interno	SISBI	32 horas	1 AFFA 32 Externo
TREINAMENTO EM ROTULAGEM E CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	Presencial - interno	SISBI	32 horas	6 AFFA 27 Externo
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES: 17 AFFA (palestrantes), 3 adm. (coordenação), 143 participantes de SIE, SIM</b>				
<b>OBS: Os processos referentes aos eventos do SISBI tramitaram pela DAT, porém foram integralmente organizados pela DRIN.</b>				

Tabela 20